NÓS

DOSSIÊ

Artes, estéticas e representações Indígenas

REVISTA

CULTURA, ESTÉTICA & LINGUAGENS
VOL. 07, Nº 02 - 2º SEMESTRE - 2023

ISSN 2448-1793

ISSN 2448-1793
REVISTA
Cultura, Estética & Linguagens

O PERIGO INDÍGENA NA FUNDAMENTAÇÃO DO DISCURSO DA DECADÊNCIA NA CONQUISTA DO SERTÃO DE AMARO LEITE, NO SÉCULO XIX

THE INDIGENOUS DANGER IN THE FOUNDATION OF THE DISCOURSE OF DECADENCE IN THE CONQUEST OF THE SERTÃO OF AMARO LEITE, IN THE NINETEENTH CENTURY

https://doi.org/10.5281/zenodo.8377777

Envio: 29/11/2022 ◆ Aceite: 15/06/2023

Maria Juliana de Freitas Almeida

Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, TECCER/UEG. Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG). Professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG – Campus Norte/UnU Porangatu) e da rede municipal de ensino de Porangatu/GO.

RESUMO

Neste artigo procuramos demonstrar como as narrativas sobre a Província de Goiás, que relacionavam a conquista dos povos indígenas ao fim da crise econômica, estavam presentes nas diversas localidades e grupos sociais, inclusive no Sertão de Amaro Leite, e como estas narrativas foram determinantes para a escolha e implantação da colonização militar na região, ação que impactou diretamente aos povos indígenas que ali habitavam, e possibilitou a conquista do seu território.

PALAVRAS-CHAVE: Província de Goiás; Século XIX; Discurso da Decadência; Colonização Militar; Sertão de Amaro Leite.

ABSTRACT

In this article we try to demonstrate how the narratives about the Province of Goiás, which related the conquest of indigenous peoples to the end of the economic crisis, were present in the various localities and social groups, including in the Sertão de Amaro Leite, and how these narratives were determinant for the choice and implementation of military colonization in the region, an action that directly impacted the indigenous peoples who lived there, and enabled the conquest of its territory.

KEYWORDS: Province of Goias; 19th Century; Discourse of Decay; Military Colonization; Sertão Amaro Leite.

INTRODUÇÃO

A implantação do projeto de Colonização Militar[1] na Província de Goiás ocorreu em 1850, mediante a fundação dos primeiros presídios coloniais às margens do Rio Araguaia. Estas instituições visavam à proteção deste rio garantindo a sua navegabilidade desde o Pará, até próximo à capital, seriam responsáveis pela "pacificação" dos povos indígenas e o fornecimento de víveres e remeiros[2].

Em 1854, uma nova linha de presídios foi criada: a Linha do Tocantins, com a fundação de três presídios militares no Sertão de Amaro Leite[3]. Nesta nova linha chama a atenção o fato de que os presídios foram implantados nas margens dos afluentes deste rio, enquanto os presídios da Linha do Araguaia estavam localizados diretamente nas margens do rio. Paula (1972) entende a implantação do projeto de Colonização Militar em Goiás como fruto de adaptações impostas pelo meio e/ou por interesses pessoais:

> [Os presídios do Tocantins e os do Araguaia] não foram e nem poderiam ter sido os únicos núcleos de colonização implantados na longínqua e agressiva área. Alguns se lhes antecederam, outros tiveram vida efêmera. Alguns, em expressivo percentual, fecundaram a terra goiana e hoje são municípios e cidades goianas. Estes e aqueles marcados por problemática mobilidade, pois eram transferidos, agrupados, extintos, recriados. E assim acontecia sob o denominador comum de uma legislação prodiga em Avisos, Atos, Decretos, instruções que talvez servisse para encobrir interesses pessoais, como no caso da política do Presidente Francisco Mariani que houve por bem abandonar os presídios do Araguaia, pelos ainda embrionários da bacia do Tocantins (PAULA, 1972, p. 27-28).

Os presídios do Tocantins tinham como objetivo conquistar os territórios do Sertão de Amaro Leite, então sob o domínio dos Avá-Canoeiro, e assim garantir a continuidade da navegação daquele rio, além da criação e manutenção de uma rota terrestre que garantisse o escoamento de gêneros vindos do Pará para o abastecimento de toda a Província; ou seja, existia uma narrativa que vislumbrava um

[1] Sobre a Colonização Militar, ver: WOOD, 1972.
[2] Sobre a implantação dos presídios militares, em virtude do Projeto de Colonização Militar, ver: PAULA, 1972.
[3] Sobre o Sertão de Amaro Leite, ver: ALMEIDA, 2016.

futuro de prosperidade e riqueza e que exigia intervenção do governo para que se efetivasse.

CONQUISTA E DECADÊNCIA NAS NARRATIVAS OITOCENTISTAS

A professora Martha Victor Vieira, no artigo *A conquista dos povos indígenas e o discurso da decadência nas narrativas de Goiás oitocentista* (2018), procurou demonstrar a existência de narrativas sobre Goiás que relacionam a conquista dos povos indígenas com a necessidade de promover o desenvolvimento e superar a situação de "decadência" da Província.

> Um aspecto marcante das narrativas que circularam sobre a província de Goiás, no século XIX, é o famigerado discurso da decadência. Este discurso está na literatura de viagem, nos documentos oficiais, na imprensa goiana e nas memórias feitas pelos contemporâneos. Nota-se, nessas narrativas, que as causas da decadência estão associadas a três fatores fundamentais: a crise da mineração, a presença indígena e a dificuldade de comunicação, devido à distância e o isolamento (VIEIRA, 2018, p.170).

A princípio, não era um objetivo da autora entrar no mérito da discussão historiográfica a respeito da tese sobre a decadência, e sim, compreender o uso político do conceito pelas autoridades imperiais, com vistas a promover o desenvolvimento: "(...) algumas nuanças precisam ser destacadas, porque os atores que usavam este argumento tinham finalidades semelhantes, que era o melhoramento da província, mas defendiam meios diferentes para atingir esta meta" (VIEIRA, 2018, p. 171). Para sua análise, a pesquisadora buscou os escritos de Luiz Antônio da Silva e Souza e de José Martins Pereira de Alencastre, que ela classificou como "escritos fundacionais" da história goiana:

> (...) "os discursos fundadores são aqueles que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo" de um país, sendo incorporados à memória nacional. Os discursos fundadores conferem sentido aos fatos que, ao serem apropriados, produzem "(...) o efeito familiar, do evidente, do que só pode ser assim". Muitos relatos, ao reunirem, de forma inédita, informações oficiais e memórias relativas

> à determinada região ou período, transformaram-se em "discursos fundadores", porque fornecem uma chave de leitura histórica e porque atribuem sentido a um emaranhado de fatos (ORLANDI, 2003 *apud* VIEIRA, 2018, p. 172, aspas no original).

Os documentos analisados pela autora corroboram a ideia de que a população indígena, com suas incursões, "estaria contribuindo para a decadência da província, na medida em que impedia a navegação dos rios Tocantins e Araguaia e prejudicava o comércio, a agricultura, a criação de gado e a mineração, levando a população a abandonar a sua casa" (VIEIRA, 2018, p. 180).

Na análise de Vieira (2018), o desejo de integrar a Província de Goiás aos projetos do governo central fazia com que a elite dirigente[4] e os representantes do governo imperial enfatizassem o discurso da crise econômica, com destaque para a associação entre a necessidade de conquista dos povos indígenas, para a promoção do desenvolvimento local.

A associação entre a necessidade de conquistar os povos indígenas e o desenvolvimento da província não estava circunscrita apenas aos "escritos fundacionais", aos membros da elite dirigente ou ao centro administrativo; observamos que a mesma estava disseminada por diferentes grupos e localidades, ou seja, havia uma intercambialidade do discurso, como evidencia alguns documentos que analisaremos a seguir.

Da mesma forma que Vieira (2018) atribui aos discursos de Souza e Silva e Alencastre o caráter de fundacionais para a província, podemos afirmar que cada região também guardava as suas narrativas fundadoras que eram compartilhadas pela oralidade. Destacam-se os registros do médico Johann Emanuel Pohl (1976) que reuniu alguns destes relatos em suas andanças por Goiás e pode tecer observações sobre as relações entre indígenas e não indígenas, destacando especialmente a associação entre a presença indígena e a "decadência" da capitania/província:

> (...) Os colonos brasileiros descrevem as terras desses índios como muito férteis e auríferas. (...) Com olhos cúpidos, encaram esses

[4] Vieira (2016, p. 447-448) considera a elite como um grupo heterogêneo e oscilante, e que, dentro deste grupo minoritário exista uma sub divisão, a elite dirigente, grupo que "detinha o poder de mando e atuava na esfera política de Goiás na primeira metade do século XIX".

> colonos as posses dos índios em geral, e de sua apropriação esperam abundantes riquezas. Ouvem-se constantemente reclamações de que os índios, que já foram empurrados da maior parte do Brasil, possuem as melhores terras e devem ser aniquilados e que o Rei deveria enviar auxílios para a exterminação desses bichos (é este o nome que dão aos pobres índios). Que eles eram uma praga para a humanidade e que só com o seu extermínio total poderia o Rei satisfazer e enriquecer os seus súditos. Escutam-se tais opiniões em todo o norte de Goiás mesmo entre sacerdotes ilustrados (POHL, 1976, p. 213).

Entre as regiões que no século XIX eram ditas como "decadentes" se destaca grande parte da região central da Província, conhecido como Sertão de Amaro Leite. Nesta região é possível observar a presença deste discurso: o antes de fausto e o presente de pobreza, medo e decadência.

Esta dicotomia está presente na carta endereçada ao redator da *Matutina Meyapontense*[5], publicada em 12 de junho de 1833, assinada com o pseudônimo *O Velho do Sertão.* Nesta carta o autor evidencia duas situações: o passado de prosperidade e o presente decadente: "campos povoados de gado de mais de sessenta fazendas" que haviam florescido graças à intervenção do Capitão General Tristão da Cunha Menezes que havia feito "cessar as hostilidades por algum tempo"; e o presente quando as fazendas estavam reduzidas a "taperas", devido aos "ataques dos canoeiros" que cometiam inúmeras "barbaridades", promovendo roubos, mortes e sequestros obrigando o abandono das fazendas.

Narrativa semelhante pode ser encontrada em um documento do acervo do Arquivo Histórico de Goiás, na Caixa de Mara Rosa (Amaro Leite), com sete páginas, dividido em duas partes: a primeira é uma carta enviada ao Governo da Província de Goiás, com quatro páginas, seguida de um "Plano para a catequese do índio Canoeiro e

[5] MATUTINA MEYAPONTENSE. 12 de junho de 1833. (Cd Room: Agepel)

Xavante"[6], com outras três páginas, datadas de 25 de abril de 1842, escrito pelo Tenente Francisco Jozé Dutra.

Sobre os autores dos documentos apresentados, pouco se sabe: a segunda foi escrita por um Tenente que, muito provavelmente tratava-se de um membro da Guarda Nacional[7], "a distribuição de patentes da milícia era um fator de distinção da elite local, atribuindo-lhe destaque e prestígio, possibilitando-lhe, portanto, um meio eficiente de dominação política" (SALDANHA, 2004, p. 18). Ambos eram proprietários de terras: "para os fazendeiros, ser senhor e possuidor de terras implicava a capacidade de exercer o domínio sobre as terras e sobre os homens que ali cultivavam (escravos, moradores e arrendatários)" (MOTTA, 1998, *apud* SILVA, 2000, s.p.).

Os dois fazendeiros, de forma semelhante, expunham a situação dos habitantes do Sertão de Amaro Leite que segundo eles estavam sofrendo com as hostilidades praticadas pelos indígenas da região, *O Velho do Sertão* enfatiza a forma como os indígenas amedrontam a população "matando e cometendo barbaridades", mantinham a população em constante estado de terror com suas investidas sobre os povoados e fazendas, e em um destes "ataques" haviam matado um casal em Amaro Leite, mutilaram o corpo da mulher e sequestraram duas crianças.

Ambos concordavam que, diante da insegurança reinante e da falta de respostas do governo, muitos habitantes se viam obrigados a abandonar suas fazendas para proteger suas vidas, o que provocava ainda mais prejuízos especialmente para a Província com sua economia tão fragilizada.

[6] AHG Caixa Mara Rosa (Amaro Leite). *Plano para a catequese do Índio Canoeiro e Xavante*, de Francisco Jozé *Dutra* (1842). [cópia gentilmente digitalizada e cedida à pesquisadora pelos servidores do AHG, em novembro de 2021].

[7] "Criada em 1831, em substituição aos extintos Corpos de Milícias dos Guardas Nacionais e Ordenanças, era, segundo a lei que a criou, uma organização permanente, com atuação dentro e fora dos municípios, em destacamentos à disposição dos juízes de paz, criminais, presidentes de províncias e ministro da Justiça mediante requisição da autoridade civil, era obrigatório a todos os homens entre dezoito e cinquenta anos" (SODRÉ, 1968, p. 116-126).

Para demonstrar tais danos, naquele momento e no futuro, o Tenente-fazendeiro se esmerou em enumerar as qualidades do Sertão, afirmando-o como possuidor de "um solo mil vezes abençoado quer por suas ricas mattas e pastagens, quer pelos Rios que o cercão quaze todos navegáveis e piscozos além de encerrar em si um immenço Thesouro de oiro, diamantes, Pérolas (sic.) e outras diversas preciosidades do Reino Mineral" (DUTRA, 1842, p. 1).

Enfatiza que todas estas riquezas e bençãos estavam ameaçadas, caso o governo continuasse a demorar ou se omitir a atender às demandas dos seus habitantes:

> Não he desconhecido pelo Governo da Província que muitas fazendas têm sido completamente arrazadas pelo Gentio, não deixando pedra sobre pedra; não he desconhecido a particularferocidade do Canoeiro, que tem chegado a ponto de lançar fogo as fazendas por eles atacadas, e reduzir tudo a cinzas (...) (DUTRA, 1842, p. 1).

Assim como *O Velho do Sertão*, o tenente lembra que as iniciativas particulares não foram e não seriam suficientes para a solução do "problema", sendo necessária a ajuda do Governo da Província, que também seria beneficiada: "se acazo se conseguir, que sejão desinfestado da Gentilidade, eles [os sertões] se povoarão espantosamente, em pouco tempo a Província não só reaverá a despesa que se fizer com a catequese, como verá augmentar-se consideravelmente sua Receita (...)" (DUTRA, 1842, p. 2).

Neste caso, o fazendeiro pedia auxílio do Governo para uma grande expedição, formada por três Bandeiras a fim de "convencer" os indígenas a aceitarem a catequese: "estas Bandeiras terão, por fim, a Cathequese do Indio Canoeiro e Chavante a qual se procurará conseguir por meio dos Intérpretes e Brindes não se empregando força alguã contra o Gentio, salvo no caso d'aggreção ou rexistencia" (DUTRA, 1842, p. 5).

Nos documentos apresentados, observa-se, a partir das narrativas dos autores, tentativas de convencer as autoridades da necessidade de intervenção no Sertão de

Amaro Leite, demonstrando como a conquista dos povos indígenas da região apontava caminhos para superar a situação de crise na qual se encontrava a Província.

> A estratégia da inclusão transformava a paisagem-natureza em elemento inexorável de um destino manifesto, potência que se transfiguraria em ato, como obra do Estado. Aos que acompanham o relato da crise chega a surpreender o esforço hercúleo de transpor as dificuldades da navegação dos rios que ligariam regiões despovoadas e pobres. Aparentemente ligava-se o nada a lugar-nenhum, para além dos dados econômicos é preciso estar atento às representações que instauram um sentido diverso para o enfrentamento da crise (SANDES, 2001, p. 22).

Na tentativa de chamar a atenção do Governo, tanto *O Velho do Sertão*, quanto Dutra, utilizam argumentos sobre o Sertão de Amaro Leite que não eram originais, pelo contrário, estavam presentes nos relatos daqueles que o antecederam, como de Pohl e Cunha Mattos (ALMEIDA, 2016), entre outros e, também, daqueles que o sucederam, como de alguns presidentes da Província. Assim, destacavam: solo fértil, clima saudável, abundância de água, campos naturalmente propícios para a criação de gado e grandes riquezas minerais. O potencial da região e a "periculosidade" dos indígenas eram superestimados.

Noé Freire Sandes (2001, p. 21) afirma que, para compreender a crise, é preciso um "(...) olhar atento à constituição da narrativa histórica, descortinando estratégias discursivas e simbólicas que sugerem a elaboração de projetos de integração da região" e prossegue ressaltando que "(...) o discurso da exageração, tão comum aos cronistas do século XIX, definia uma estratégia de inclusão do chamado sertão ao poderoso braço do Estado. Incluir, integrar, exagerar foram estratégias políticas presentes em Goiás, em boa parte do século XIX e XX" (SANDES, 2001, p. 22).

O Velho do Sertão (1833) e Dutra (1842) utilizaram argumentos que associam a situação de crise econômica da Província com a presença dos povos indígenas, tais como observados por Vieira (2018), nos "escritos fundacionais" juntamente com a estratégia do exagero como destaca Sandes (2001) que está presente também nos relatos de outros, como os viajantes europeus, militares e governantes, que

escreveram sobre a Província de Goiás. Os argumentos apontam para a necessidade de intervenção do governo para a conquista do Sertão de Amaro Leite.

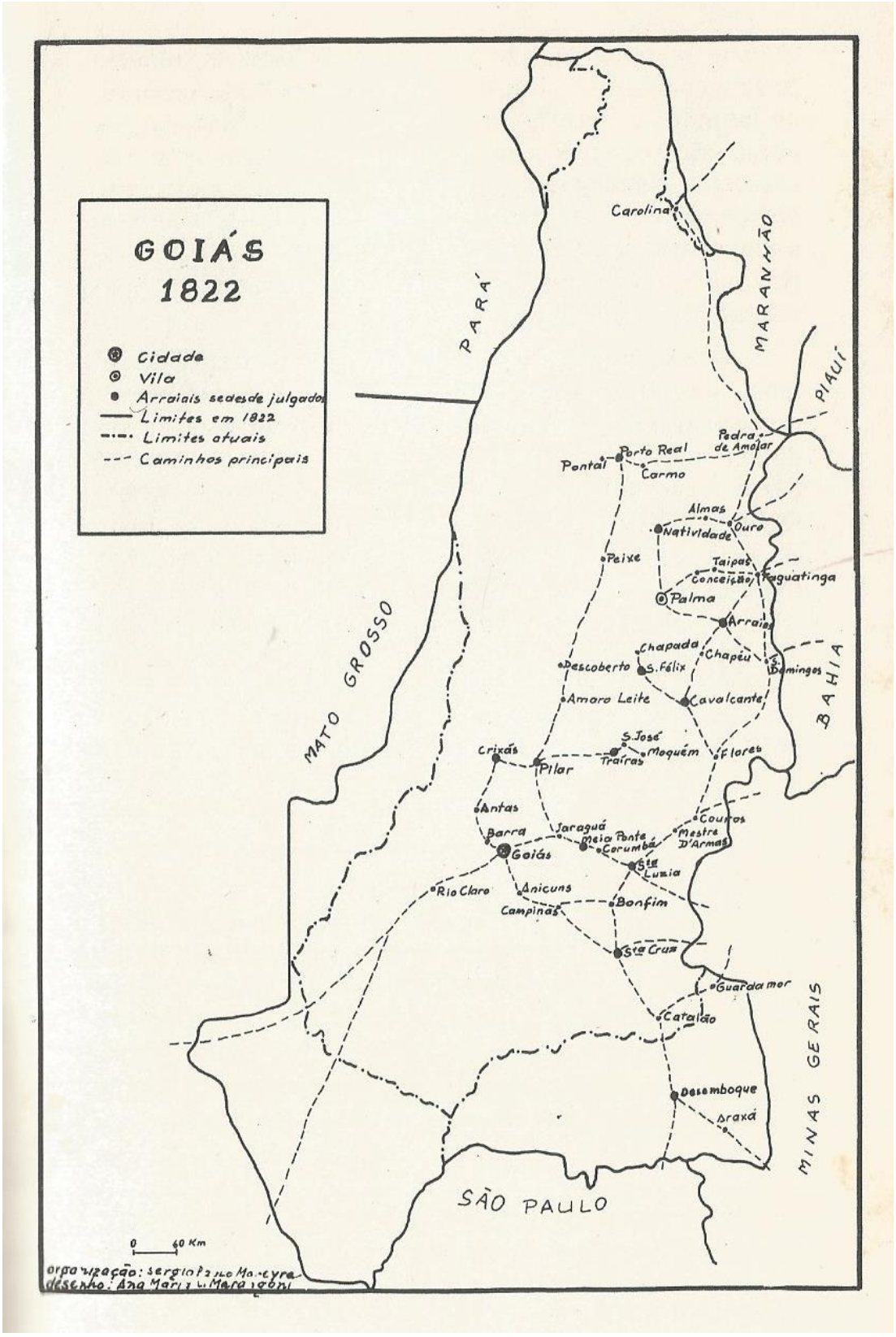
Segundo Carlos Fausto (1999), "conquista" é o termo que melhor caracteriza as relações com os povos nativos da América, desde os anos iniciais da chegada dos portugueses, posto que qualquer outro, como "descobrimento", seria um eufemismo. Ainda segundo Fausto "as terras que viriam a ser o território do Brasil foram conquistadas aos povos indígenas, sendo primeiro despovoadas e depois repovoadas" (1999, p. 3). Em grande parte, isso acontecia, segundo o autor, pelo fato de os povos indígenas não serem vistos como sujeitos, mas como parte da paisagem que se objetiva dominar/conquistar (FAUSTO, 1999).

No caso brasileiro, podemos falar em conquistas dadas às proporções monumentais para o processo, com duração aproximada de cinco séculos, com objetivos de apropriação de corpos como força de trabalho e/ou de riquezas. Conquistar, portanto, é também despovoar, pela apropriação dos corpos enquanto mão de obra, ou pela extinção dos corpos através de ações que tenham a morte física como resultado; como também repovoar para obtenção de riquezas, terras, minérios, entre outros (FAUSTO, 1999).

A "conquista" do Sertão de Amaro Leite era estratégica em função de sua centralidade, uma vez que o poder emanado da capital era amortecido neste grande "vazio", além disso, a distância entre o Sul e o Norte da província poderia ser reduzida em até nove dias de marcha (CUNHA MATOS, 2004, p. 279).

Abaixo, na figura 1, podemos observar a localização e a estrada do Sertão, também chamada Estrada do Norte, conforme descrita por Cunha Mattos: partindo da Cidade de Goiás, rumo ao norte passando por Crixás, Pilar, Amaro Leite, Descoberto da Piedade, Peixe e chegando a Porto Real (CUNHA MATOS, 2004, p. 273-279).

Figura 1 – A Estrada do Norte



Fonte: MOREYRA, 1972, p. 253.

Para além da questão estratégica, a conquista dos povos indígenas que habitavam aquele território iria disponibilizar uma grande extensão de terras para a implantação de fazendas de criar e plantações, juntamente com o desejo de transformar os indígenas em mão de obra substituta ao escravizado.

Desde o final século XVIII foi iniciado o processo que culminaria na "conquista, despovoamento e repovoamento" do Sertão de Amaro Leite, iniciado com a implantação do aldeamento Carretão de Pedro III que, em janeiro de 1788, recebeu um grupo de mais de três mil indígenas Xavante (ALENCASTRE, 1979). Este fato é o marco do início de ações sistemáticas empreendidas pelo poder oficial para a conquista da região.

Após esta ação inaugural, outras de menor envergadura continuaram acontecendo na primeira metade do século XIX, com o objetivo de incentivar que grupos maiores de colonos passassem a habitar a região, assim como aumentar o controle governamental. Dentre essas ações, podemos pontuar: a transferência administrativa do Sertão de Amaro Leite da Comarca do Norte (município de Traíras) para a Comarca do Sul, subordinando-o ao município de Pilar; a preocupação em manter e conservar a Estrada do Norte (que ligava a capital a Porto Imperial); a criação de escolas e linhas de correios; o incentivo à navegação dos Rios, dentre outras. Em 1854, houve uma nova medida que geraria grande impacto sobre a região: a autorização do Governo Imperial para que fossem implantados os Presídios Militares, vinculados ao projeto de Colonização Militar no Sertão de Amaro Leite (ALMEIDA, 2016).

UM TERRITÓRIO A DESPOVOAR

No caso específico do Sertão de Amaro Leite, Almeida (2016) afirma a existência de uma "construção ideológica", que daria legitimidade à conquista reunindo elementos como a denominação Sertão, a presença dos Avá-Canoeiro e a grande fertilidade das terras.

> (...) a mera qualificação de uma localidade como sertão já revela a existência de olhares externos que lhe ambicionam, que ali identificam espaços a serem conquistados, lugares para a expansão futura da economia e/ou domínio político. Transformar estes fundos territoriais em território usado é uma diretriz que atravessa a formação histórica do Brasil, alçando-se mesmo à condição de um projeto estatal-nacional básico do país. No período imperial, os sertões brasileiros foram definidos como *locus* da barbárie, sendo sua apropriação legitimada como uma obra de civilização (MORAES, 2003, p.5).

A conquista do Sertão de Amaro Leite passava, necessariamente, pela conquista dos povos indígenas que o habitavam. Os Xavante, após a experiência do aldeamento do Carretão, voltaram a se dispersar em seus antigos territórios e, após aproximadamente duas décadas, começam o processo de migração para a então Província de Mato Grosso, em uma tentativa de se isolarem. Em 1856, este processo já estaria concluído conforme Silva (2013).

Os *Canoeiros*[8] aparecem tardiamente na história de Goiás, em meados do século XVIII. À medida em que o ouro vai se tornando escasso, cresce o interesse pelas atividades agropecuárias, com a implantação de fazendas de gado e lavouras nos territórios indígenas tornando os conflitos mais comuns.

> Nas décadas de 1820, 1830 e 1840, anos de contínua repressão contra os Avá-Canoeiro (sic.), a literatura disponível apresentava um discurso violento e repressor contra os grupos indígenas que se mantinham resistentes ao contato. E isso sem contar os meios violentos de se tentar a pacificação, pois as autoridades claramente recomendavam, caso os índios não aceitassem as propostas de paz, afugentá-los para locais ainda inexplorados e, conforme a resistência até mesmo exterminá-los (...) (PEDROSO, 1994, p. 61).

[8] Segundo André Toral (1984/1985, p. 269) na literatura existente sobre o grupo produzida até o início da década de 1970 do século XX eram conhecidos como “Canoeiro”, sendo a designação “Avá-Canoeiro” mais recente, consagrada entre os anos de 1969 à 1973, período em que foi efetivada a atração dos Avá-Canoeiro do Araguaia.

André Toral (1984/1985, p. 293) utilizando como critério o contato com a sociedade não indígena dividiu a história dos Avá-Canoeiro em três fases, como pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Histórico do contato dos Avá-Canoeiro

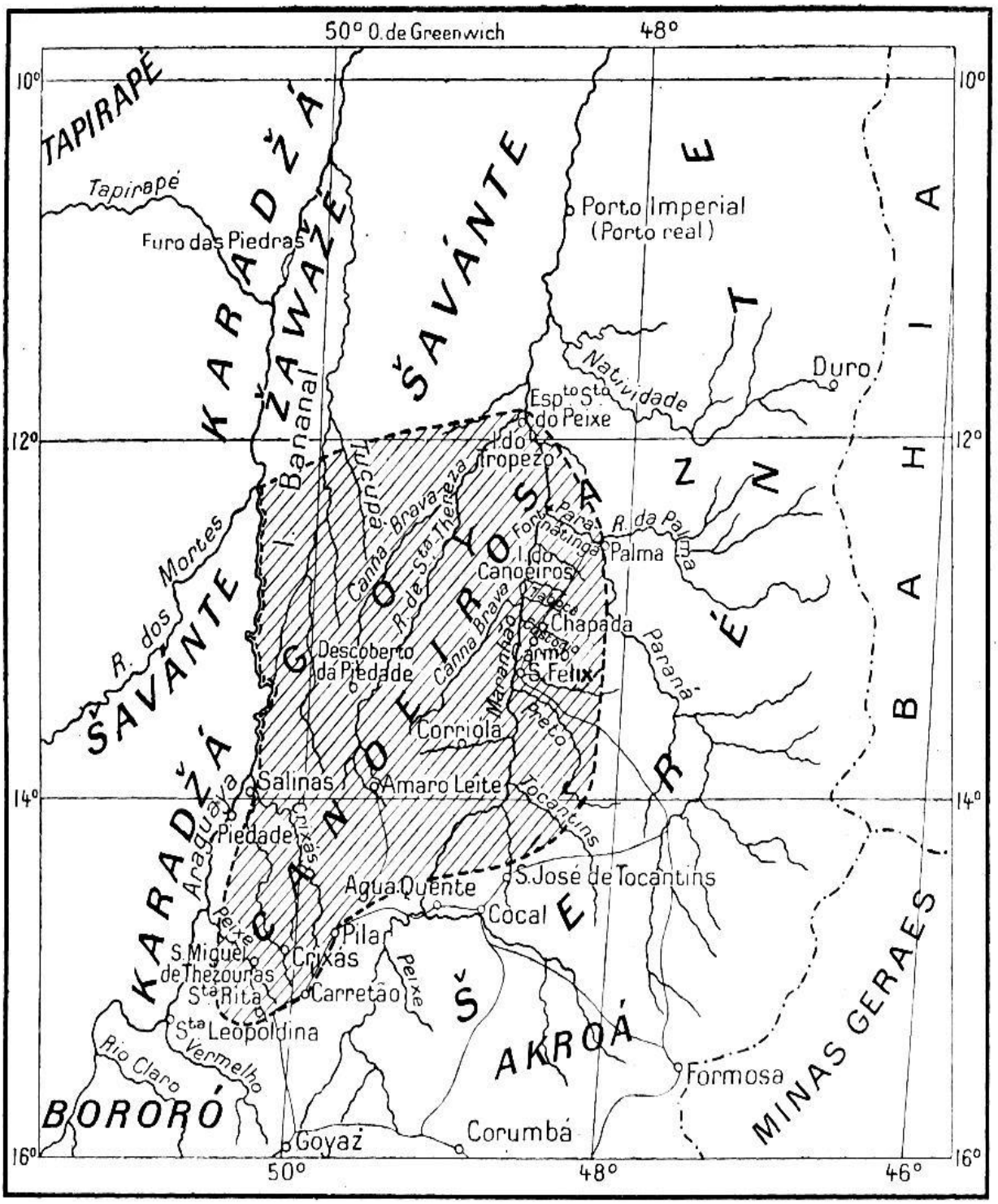
Fase	Período aproximado	Histórico do contato
1ª Fase	De 1724-26 a 1820-30	Da sua retirada do convívio com os paulistas até o término de sua aparição e caracterização como índios de canoas do alto Tocantins. Início das relações hostis entre os Avá-Canoeiro e os não indígenas.
2ª Fase	De 1820-30 a 1908	Continuidade dos conflitos. Início da "expansão para o oeste" de alguns grupos de Avá-Canoeiro que chegam até às margens do Araguaia e Javaés.
3ª Fase	De 1908 a 1980	Perda de contato entre os grupos do alto Tocantins e do Araguaia. "Encurralamento" dos grupos remanescentes, extermínio e desaparecimento de todos os grupos à exceção dos atuais de Cavalcante (GO) e Formoso (TO).

Fonte: TORAL, 1984/1985, p. 293. Organização: ALMEIDA, 2016.

Destas, a primeira e a segunda fase nos são especialmente interessantes. Na primeira fase destaca-se a versão corrente nos séculos XVIII e XIX da origem dos Avá-Canoeiro que supostamente seriam os Carijó trazidos de São Paulo pelos bandeirantes no século XVIII e que teriam fugido. Nos anos finais do século XVIII tornam-se mais comuns os conflitos entre estes indígenas e os não indígenas. A segunda fase é marcada pelos conflitos e a dispersão dos Avá-Canoeiro, neste período ocorre a implantação do Projeto de Colonização Militar no Sertão de Amaro Leite, que está no centro do território originalmente ocupado pelos Avá-Canoeiro.

Paul Rivet (1924, p.169-170) a partir dos relatos de Cunha Mattos, Castelnau e Couto de Magalhães observou o deslocamento dos Avá-Canoeiro para as proximidades do Rio Araguaia. No mapa a seguir, podemos observar a localização do território dos Avá-Canoeiro, entre os anos de 1824 e 1865, conforme os dados coletados por Rivet (1924).

Figura 2 – Território Avá-Canoeiro, segundo Paul Rivet



Fonte: RIVET, 1924, p. 171.

Paul Rivet (1924, p. 169) afirmou que os Avá-Canoeiro teriam estendido os seus domínios partindo da margem direita do Rio Maranhão até o Rio Araguaia, e para o sul até próximo ao presídio Santa Leopoldina, conforme o mapa anterior.

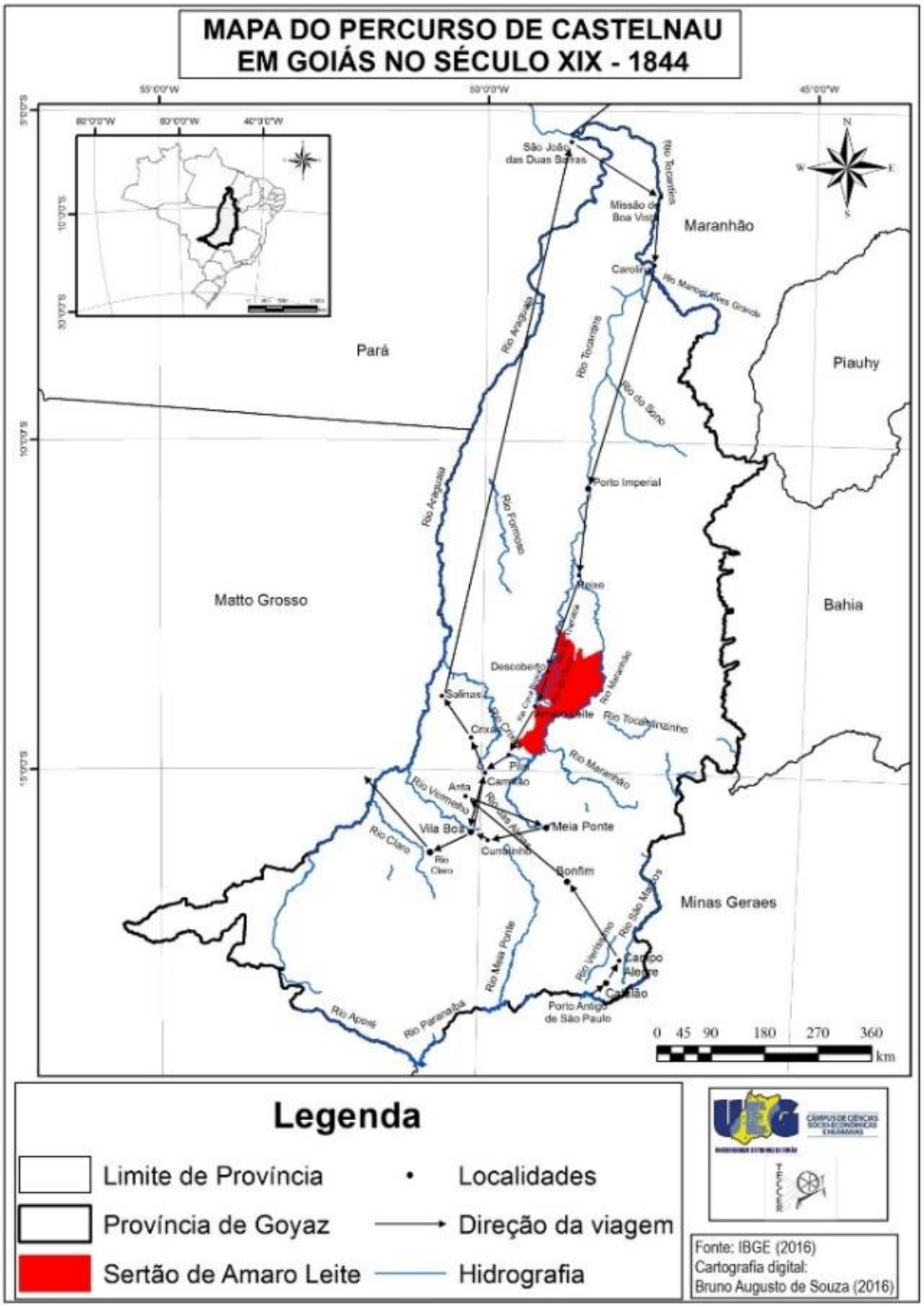
Na descrição de Castelnau[9], feita em 1845, os limites ocidentais do território dos Avá-Canoeiro coincidiam com a estrada que ligava os povoados de Espírito Santo do Peixe a Pilar, passando pelo Descoberto da Piedade e Amaro Leite:

> Os inimigos mais temíveis que têm os Xavantes na vasta península compreendida entre o Araguaia e o Tocantins são certamente os Canoeiros. Esta tribo habita as duas margens do Tocantins, desde, ao norte, a povoação do Peixe, até umas dez léguas ao sul de Amaro Leite, na margem esquerda, e São José do Tocantins, na margem direita do rio. Suas divisas com os Xavantes parecem coincidir com o caminho que vai de Porto Imperial a Goiás, passando por Peixe, Descoberto, Amaro Leite e Pilar (CASTELNAU, 2000, p. 245-246).

Na figura abaixo podemos ver de forma sintética o caminho percorrido na Província de Goiás por Castelnau, e em detalhe, o Sertão de Amaro Leite e a sua principal estrada:

[9] Sobre a Expedição do Conde Francis Castelnau no Sertão de Amaro Leite, ver Almeida (2016).

Figura 3 – O Caminho de Castelnau, passando pelo Sertão de Amaro Leite

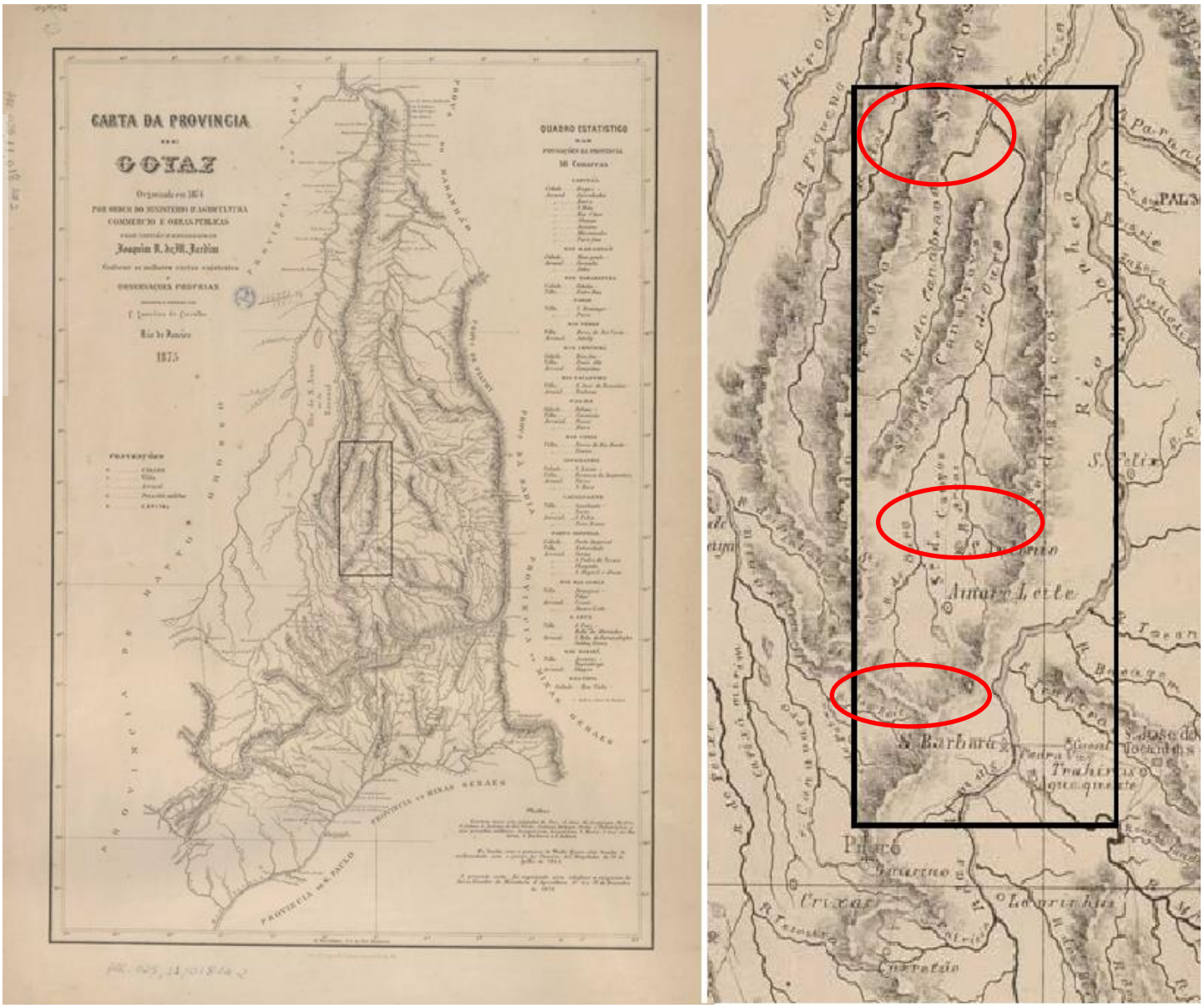


Fonte: ALMEIDA, 2016, p. 56.

Acreditamos que, ao contrário do que afirmou Rivet (1924) e Toral (1984/1985), não houve uma extensão dos domínios dos Avá-Canoeiro, mas sim a dispersão deste povo indígena fugindo da perseguição constante empreendida pelos não indígenas, especialmente após a implantação dos presídios coloniais no Sertão de Amaro Leite, ocorrida em 1854; desta forma: "Os sertões de Amaro Leite erão o principal theatro das malfeitorias dos Canoeiros, que os percorrião em todas as direcções; com o estabelecimento dos presídios eles tem emigrado para além das contravertentes do Araguaya" (CRUZ MACHADO, 1855, citado por MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 232) ou ainda: "As frequentes hostilidades dos índios que habitavão o centro da provinica, e que hoje se forão refugiar nas solidões do Araguaya e de seus affluentes, aconselharam a creação de presídos militares, dos quaes se tem colhido algumas vantagens" (ALENCASTRE, 1862, citado por MEMÓRIAS GOIANAS 9, 1998, p. 138).

A seguir, na área destacada do mapa estão localizados os Presídios de Santa Barbara e Santo Antônio; o Presídio de Santa Cruz já havia sido extinto no momento da execução do mapa (em 1875), mas é possível observar sua localização aproximada na confluência dos rios Cana Brava e Santa Tereza.

Figura 4 – Localização dos Presídios do Sertão de Amaro Leite



Fonte: JARDIM, 1875. Adaptação: ALMEIDA, 2016.

Importante observar como os Presídios do Sertão de Amaro Leite formavam uma linha divisória no centro da Província, que acreditamos poder ser responsável pelo "encurralamento" dos grupos remanescentes e a separação destes entre o Araguaia e o Tocantins.

Leandro Mendes Rocha (2016, p. 31, destaque no original), no texto *A História dos Índios de Goiás,* afirma que esta é marcada pela tragédia, genocídio, escravização e

violência. Segundo o autor "trata-se da história dos *Processos de Territorialização* dos sertões interiores, dos campos e das matas sendo devassadas e integradas ao sistema socioeconômico nacional". Rocha (2016) observa a existência de três Processos de Territorialização, como podemos observar no quadro a seguir:

Quadro 2 – Processos de Territorialização dos Índios de Goiás

	Fato histórico
Primeiro Processo de Territorialização	As Guerras Justas e os Aldeamentos.
Segundo Processo de Territorialização	As missões dos Capuchinhos e a Construção dos Presídios Militares no século XIX.
Terceiro Processo de Territorialização	As agências oficiais de proteção aos índios e a Constituição de 1988.

Fonte: ROCHA, 2016. Organização: ALMEIDA, 2016.

Entende-se por processos de territorialização a existência de um fato histórico novo que altera as relações da sociedade e seu território.

> Nesse sentido, a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (ROCHA, 2016, p.31).

Destes Processos de Territorialização, o segundo nos chama a atenção: a implantação dos Presídios coloniais na Província de Goiás e no Sertão de Amaro Leite, este foi o "fato novo" que alterou a história posterior dos Avá-Canoeiro, além da subdivisão em dois grupos: o do Araguaia e do Tocantins. A pesquisadora Lorrane Gomes da Silva (2016, p. 156-160) observou que estes se afastaram das margens dos rios e passaram a ocupar as serras e morros, tornando-se "canoeiros sem canoas, sem rios", redução do número de indivíduos, mudanças no modo de vida, como forma de adaptação aos novos espaços, práticas e hábitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho observamos a existência de narrativas que associavam a presença indígena à decadência da Província, e/ou de regiões da mesma, e como estes argumentos foram decisivos na escolha do Sertão de Amaro Leite para a implantação dos presídios coloniais da Linha do Tocantins.

O Projeto de Colonização Militar, com seus presídios, teve papel fundamental para a conquista, desocupação e reocupação desta região, impactando diretamente os povos originários da mesma, em especial os Avá-Canoeiro, que além de seus territórios, sofreram alterações em seu modo de vida, distribuição espacial e grande redução numérica.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da Provincia de Goiás**. Brasília: Sudeco editore, 1979.

ALMEIDA, Maria Juliana de Freitas. **O Sertão de Amaro Leite no Século XIX**. Dissertação Graduação Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado, Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Anápolis de Ciências Sócioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2016.

CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia, 2000.

DUTRA, Francisco Jozé. **Plano para a catequese do Índio Canoeiro e Xavante, Dutra (1842).** AHG Caixa Mara Rosa (Amaro Leite).

FAUSTO, Carlos. **Da inimizade: forma e simbolismo da guerra indígena**. A outra margem do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, p. 251-282, 1999. Disponível em: < https://artepensamento.com.br/item/da-inimizade-forma-e-

JARDIM, 1875. Disponível em: https://bdlb.bn.gov.br

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás, seguido de uma descrição corográfica de Goiás, e dos roteiros desta província às do Mato Grosso e S. Paulo. Belo Horizonte**: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004

MEMÓRIAS GOIANAS 6. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc**. 1854-1856. Editora UCG, Goiânia, 1997.

MEMÓRIAS GOIANAS 9. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc**. 1861-1863. Editora UCG, Goiânia, 1998.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Territórios e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2003.

MOREYRA, Sérgio Paulo. **O Processo de Independência em Goiás**. In: MOTA, Carlos Guilherme da. 1822 Dimensões. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

O VELHO DO SERTÃO. Carta ao Redator. In: MATUTINA MEYAPONTESE.

PAULA, Regina da Cunha Rodrigues Simões de. **O Presídio de Santa Leopoldina do Araguaia e sua importância em termos de colonização (1850-1865)**. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/USP, 1972.

PEDROSO, Dulce Madalena Rios. **O povo invisível: a história dos Avá-Canoeiro nos séculos XVIII e XIX**. Goiânia: UCG, 1994.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem ao Interior do Brasil**. Ed. Itatiaia, São Paulo; Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

RIVET, Paul. **Lesindiens canoeiros**. Ausiège de la Société, 1924.

ROCHA, Leandro Mendes. **A história dos índios de Goiás**. In: In: PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro; NAZÁRIO, Maria de Lurdes; DUNCK-CINTRA, Ema Marta (orgs.). *Diversidade cultural indígena brasileira e reflexões no contexto da educação básica*. Goiânia, Espaço Acadêmico, 2016, p. 31-55.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. **Os oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2004. Disponível em: Microsoft Word - Dissertação.doc (unesp.br). DATA DE Acesso em: 25/11/2022.

SANDES, NOÉ FREIRE. **Memória, nação e região**. In: CHAUL, Nasr F. Chaul; RIBEIRO, Paulo R. (Org.). Goiás: identidade, paisagem e tradição. Goiânia: Ed. da UCG, 2001. p. 17-23.

SILVA, Lorrane Gomes da. **Singrar Rios, Morar em Cavernas e Furar *Jatóka*: Ressignificações Culturais, Socioespaciais e Espaços de Aprendizagens da Família Avá-Canoeiro do Rio Tocantins**. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/6802/5/Tese%20-%20Lorranne%20Gomes%20da%20Silva%20-%202016.pdf. Acesso em: 19/04/2022.

SILVA, Marcelo Gonçalves Oliveira e.***Auwẽ*** **Xavante: dos primeiros contatos ao confinamento territorial**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História. Universidade de Brasília, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Civilização Brasileira, 1979.

TORAL, André Amaral. **Os índios negros ou os Carijó de Goiás: a história dos Avá-Canoeiro**. Revista de Antropologia. São Paulo. Universidade de São Paulo. Volumes XXVII/XXVIII. 1985.

VIEIRA, Martha Victor. **A conquista dos povos indígenas e o discurso da decadência nas narrativas de goiás oitocentista**. Disponível em: A conquista dos povos indígenas e o discurso da decadência nas narrativas de Goiás oitocentista | Vieira | Métis: história & cultura (ucs.br)

VIEIRA, Martha Victor. **O perfil da elite dirigente goiana na primeira metade do século XIX**. In: Opsis, v.2, 2016.

WOOD, David Lyle. **Abortive panacea: Brazilian military settlements, 1850 to 1913**. Dissertation (Doctor) of Philosophy, Faculty of the University of Utah – Department of History, University of Utah, 1972.

Sônia Elizabeth
Texto Poético Visual Simplesmente Maria
Óleo e assemblage memória - 0,70 x 0,50 cm